



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

IDEOLOGIA E CURRÍCULO: PRÁTICAS COTIDIANAS E IDEOLOGIAS OCULTAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Victor Hugo de Oliveira Pinto

Universidade Federal Fluminense

Victor.gotico@bol.com.br

Mestrando em educação

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo investigar o caráter ideológico das práticas pedagógicas através da elucidação do currículo oculto. Atualmente na câmara federal dos deputados e na câmara do senado incorre o debate sobre a “doutrinação ideológica nas escolas”, entretanto, boa parte dos autores a serem criticados nas demasiadas audiências públicas sobre esse tema, os autores mais criticados são justamente os que tem posicionamentos marxistas, não seria isso uma doutrinação ideológica também? Toda escolha ou fundamentação de um determinado argumento ou representação sobre um tema é resultante de escolhas ideológicas, e a neutralidade é uma ideologia escondida. Diante desse cenário a escola ocupa um papel de relevância, uma vez que não existe saber que é construído ou transmitido sem intervenções ideológicas e sem interações entre o homem e os valores do seu tempo. Por tanto, o que se deve questionar não é a doutrinação, mas sim a serviço de qual ideologia essa doutrina está, e isso implica o educador em assumir um posicionamento ideológico e político.

ABSTRACT

This work aims to investigate the ideological character of pedagogical practices through the elucidation of the hidden curriculum. Currently in the federal Chamber of Deputies and the Senate chamber incurs the debate on "ideological indoctrination in schools", however, many of the authors to be criticized in too many public hearings on this issue, the most criticized authors are precisely those who have positions Marxists, would not that be an ideological indoctrination too? Every choice or reasons for a particular argument or representation on a topic is a result of ideological choices, and neutrality is a hidden ideology. In this scenario the school plays an important role, since there is no knowledge that is built or transmitted without ideological intervention and without interactions between man and the values of his time. Therefore, what should be questioned is not indoctrination, but the ideology which service this doctrine is, and this implies the educator to take an ideological and political position.

INTRODUÇÃO



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quando observamos as práticas no cotidiano escolar, observa-se que os instrumentos educacionais, desde os livros didáticos até mesmo a estrutura organizativa que constituem as instituições de ensino como a estrutura docente, a organização do currículo e até mesmo a estrutura física da escola reproduz, por sua vez, as relações de poder existentes na sociedade e, também são frutos dessa mesma.

A partir do momento que percebemos a construção do conhecimento mediado pedagogicamente, percebemos o quanto a ideologia está presente nos livros didáticos como, por exemplo, a escolha e um determinado tema e não de outro, a escolha por falar da história europeia e não da história africana, indígena ou asiática revela nitidamente o teor eurocêntrico desses materiais didáticos. Além disso está presente a ideologia hegemônica, ou seja, a ideologia do capital que se fundamenta nas relações desiguais e de poder, a partir do momento em que a escola reproduz, na sua estrutura organizativa (corpo docente, equipe diretiva, as relações professor-aluno nas salas de aula), o caráter da sociedade desigual em que vivemos. Trata-se da ideologia que está presente no currículo oculto, ou seja, a ideologia que não está expressa em documentos oficiais das instituições de ensino, mas se encontram na prática cotidiana das escolas, que estão presentes no ato de lidar com o aluno, no ato de expressar o conhecimento e escolher os conteúdos, ou seja, são essas mediações que constituem a ideologia da escola e que reproduzem os valores e relações historicamente construídas pela nossa sociedade ocidental.

Portanto, mediante a problematização dos métodos de ensino que, por sua vez, não comportam mais diante da modernização da sociedade, questiona-se as relações autoritárias que são estabelecidas na escola, paralelamente a isso, existem debates sobre a “doutrinação ideológica” que percorrem o Legislativo brasileiro, mas que tipo de doutrinação ideológica está se falando? Não seria a educação, teleológica em sua essência, um dos aspectos que reproduzem a ideologia dominante que, por sua vez está presente em livros didáticos e na estrutura organizativa da escola?

METODOLOGIA



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Essa pesquisa tem por finalidade elucidar que a educação possui caráter ideológico e reproduz ideologias de poder e condicionamento nas práticas pedagógicas. A partir da concepção sociológica de que o homem é resultante das relações que estabelece com o meio em que vive e também resultante dos valores do seu tempo e da sociedade em que se encontra, entende-se também que a subjetividade não está dissociada das experiências que o homem vive na conjuntura social, política, econômica, cultural e temporal em que se situa.

Portanto, a educação, está também inserida nesse contexto, na medida em que a educação forma, muitas vezes no sentido de fôrma (formatação) e adequação dos indivíduos à um determinado contexto, valores, e normas construídas por uma determinada sociedade e conjuntura cultural. Por se tratar do teor da prática pedagógica e do caráter ideológico desta mesma, essa pesquisa se adequa a proposta do GT-6 que trata dos Fundamentos da Educação a partir do entendimento sociológico, filosófico e psicológico em interface com a educação. A pesquisa recorre a livros que falam sobre o caráter das estruturas ideológicas do currículo e das relações de poder na Escola, entretanto, mais do que elucidar o condicionamento das práticas pedagógicas que, por sua vez, reproduzem as relações de poder existentes na sociedade, tal pesquisa também recorre a autores que falam sobre alternativas pedagógicas e educacionais que servem para a superação do condicionamento presente na Escola. Sendo assim, a pesquisa também aponta para alternativas que podem superar o teor de condicionamento e reprodução das relações de poder que são postas em prática pela escola, a partir de práticas e de concepções que podem contribuir para emancipar e para a autonomia dos educandos ao invés de formata-los, adequá-los ou condicioná-los a realidade.

O objetivo desse trabalho consiste em elucidar que a ideologia deve ser assumida pelo educador na medida em que a educação possui um caráter teleológico e o telos da educação tem como finalidade adequar as pessoas à um determinado fim. Portanto o objetivo dessa pesquisa é mostrar o teor ideológico da educação assim como apresentar alternativas para o modelo ideológico existente na educação. E a qual ideologia serve o caráter de uma educação emancipatória e as discussões em relação a esse teor que existe nas concepções da pedagogia emancipadora que tem



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

como finalidade construir a autonomia do indivíduo como contraponto a realidade opressora em que vivemos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando falamos em currículo, necessariamente falamos em ideologia, na medida em que o currículo disciplinariza os conteúdos, bem como o teor desses mesmos, a serem transmitidos em sala de aula. Na medida em que consideramos a escola como sendo uma superestrutura, consideramos também que essa superestrutura não está divorciada da estrutura que a sustenta, ou seja, a base social, os valores sociais, a cultura, a conjuntura política e econômica que constituem a demanda e a dinâmica da sociedade são elementos que compõem a sociedade que, por sua vez, estruturam o âmbito da educação (a escola e as universidades). Portanto a Educação não está divorciada do contexto em que esta está inserida, na medida em que faz parte de um contexto social e pode, por conseguinte tanto reproduzir como contribuir para o processo de emancipação das consciências. Desse modo a escola reproduz a estrutura da sociedade, na medida em que reproduz as relações e organização dessa mesma. A exemplo pode se perceber que

[...] “A elucidação dos condicionantes presentes no interior da instituição escolar pode ser feita, numa aproximação preliminar, a partir da consideração dos seguintes aspectos: 1) a estrutura organizacional da escola em seu caráter legal; 2) a real distribuição hierárquica dos que atuam no interior da unidade escolar ; 3) os mecanismos de ação coletiva aí presentes; 5) o atendimento aos pais e membros da comunidade; 6) o processo ensino-aprendizagem propriamente dito” (PARO, 1996, p. 69)

Essa estrutura da organização escolar se constitui como um microcosmo da sociedade, ou seja, reproduz as relações de poder existentes na sociedade e, por sua vez são trazidas para o âmbito da escola. A organização padrão da escola reproduz as relações hierárquicas existentes na sociedade desigual que vivemos. Além desse elemento estrutural, existem também as consequências advindas do teor dessa estrutura, que é o condicionamento social reproduzido pelo condicionamento que se estrutura na organização da escola. É nesse sentido que as práticas escolares, os currículos e as escolhas dos conteúdos representam um teor ideológico, pois a escolha de tratamento ou até mesmo a forma que é tratado um determinado conteúdo se trata de uma representação e, por sua vez, a forma como é representado um conteúdo, também está implícito o caráter ideológico dessa mesma representação. Por isso, a educação é ideológica em sua essência por ser teleológica, e os processo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de ensino ter um objetivo, que necessariamente obedece a um porquê (razão), a uma ideologia, a esse respeito temos, por exemplo, na própria origem da educação e a sua razão de existir na medida em que “A ênfase na educação dos súditos para o bom funcionamento do convívio social não é nova nem é peculiaridade de nossos educadores.” (ARROYO, BUFFA, NOSELLA, 1987, p. 33). Sendo, portanto, na sociedade capitalista cuja sua marca é a desigualdade social e o condicionamento da maioria das pessoas que só possuem a sua mão de obra como mercadoria em favor de uma minoria detentora dos meios de produção, a educação cumpre o papel de conformar, através do condicionamento, das práticas pedagógicas cotidianas e dos próprios currículos escolares, a manutenção dessa ordem e a naturalização do estado das relações sociais.

A partir das considerações em relação ao próprio mecanismo pedagógico e as suas respectivas implicações na formação do sujeito. A educação em si constitui uma relação de poder e de influência sobre o outro. As normas, as regras de hierarquia e a própria reprodução das relações sociais marcadas pela desigualdade que presenciamos (a desigualdade de direitos por conta das diversidades culturais existentes) constitui um ato de violência simbólica, portanto, quando falamos do teor ideológico da educação

[...] “podemos, é claro, recusar a aceitar o termo “violência” para qualificar a imposição pelo professor de uma nova pedagogia. Podemos preferir a este, o termo “influência” e dizer que substituímos um certo tipo de influência por outro. Não se trata de modo algum de afirmar que nós não tentamos, quando colocamos em prática um novo dispositivo pedagógico, influenciar os alunos.” [...] (HOUSSAYE, In., OLIVEIRA org., 1999, p. 63)

Portanto, os valores que constituem o caráter dos alunos e o caráter da própria sociedade – que é constituída por esses mesmos indivíduos que passaram pelas salas de aula – são transmitidos em sala de aula, o que configura o processo ensino-aprendizagem como sendo parcial, por ser a própria construção do saber algo parcial. Exemplo de tal parcialidade está na própria representação explícita nos livros didáticos. Segundo Faria (1987) os livros priorizam o tema trabalho, pois “o Trabalho parece ser um tema da preferência dos autores. Mesmo sem fazer um levantamento quantitativo dos temas abordados nos livros analisados, em todos eles foram encontradas muitas referências ao tema trabalho.” (p. 19), entretanto, apesar de o trabalho ser importante para a socialização, para o desenvolvimento humano e transformação da vida em favor de tudo aquilo que



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

entendemos como progresso, por sua vez, “o livro didático destaca somente alguns homens que trabalham: o negro, o imigrante, o homem adulto (casado). A criança, o velho, a mulher e o índio aparecem de forma *sui generis*” (*Ibidem*, p. 34) os outros grupos que compõem as classes dominantes, como, por exemplo o homem louro e europeu aparecem como os investidores, com uma imagem associada aos grandes negócios enquanto que os “outros” aparecem em condições subalternas, esse é um exemplo da ideologia implícita do próprio livro didático. Continuando a autora afirma ainda sobre o caráter racista de alguns livros didáticos em relação aos indígenas na medida em que coloca que “o índio sai da História do Brasil já que não pode trabalhar. Não se falará mais nele, a não ser em alguns livros que no dia 19 de abril comemoram o “Dia do Índio” com um texto simplório, falando algumas características que sempre o ridiculariza” (*Ibidem*, p. 36)

Essa representação que, por muitas vezes acaba gerando distorções, estereótipos e preconceitos que, por sua vez constituem o censo comum, é responsável pela manutenção dos preconceitos, das concepções simplórias que temos em relação ao outro. Falar de educação implica necessariamente em falar do teor ideológico do ato de educar pois a educação possui um fim que, por sua vez, serve a um determinado interesse que reflete diretamente o caráter da sociedade e as relações sociais que a constituem, mas também, cabe considerar que “entender a organização curricular é, assim, entender a organização do conhecimento mediado pedagogicamente.” (LOPES, MACEDO, 2011, p. 95). Dessa maneira todo conhecimento passa pela transposição didática, que é a adequação do saber epistemológico de modo didático para os alunos da educação básica, há uma perda no sentido original de tal conhecimento e é nesse processo que são acrescentados os valores de quem media e transmite esse conhecimento. Segundo Lopes e Macedo (2011) há um processo de distorção na transposição didática, segundo as autoras

[...] “A concepção de transposição didática é desenvolvida por Chevallard no âmbito de suas investigações sobre as diferenças epistemológicas entre o conhecimento produzido por investigadores do campo e o conhecimento matemático ensinado na escola. Em suas pesquisas, ele evidencia como um determinado conceito na Matemática dos matemáticos é modificado, normalmente para ser simplificado quando é ensinado na disciplina escolar Matemática. O conceito é deslocado: (i) das questões que permitem resolver e dos conceitos com os quais constitui uma rede de relações (descontextualização); (ii) do período histórico (descontemporalização); (iii) dos vínculos que possui com as pessoas e suas práticas científicas (despersonalização). Simultaneamente, o conceito é naturalizado, como se sua produção respondesse a verdades incontestáveis. O exemplo exhaustivamente discutido por Chevallard é o da noção de distância. Distância é uma noção introduzida na Matemática por Fréchet e traduz uma ideia de semelhança: a distância



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

entre dois pontos mede uma semelhança entre objetos representados. Trata-se de uma noção elaborada no âmbito das questões relativas aos sistemas não lineares. Ao ser apropriada pelo sistema de ensino, a noção de distância é transformada em medida do segmento de reta entre dois pontos, esvaziando-se da noção original.” [...] (p. 95,96)

A partir dessas considerações, pode ser afirmado que a trajetória das instituições de ensino (escolas e universidades, com mais ênfase a escola), mediadoras do saber construído pelas relações humanas, em uma sociedade capitalista com valores desiguais e constituída a partir de todo um processo de condicionamento dos indivíduos a partir da adequação desses mesmos à uma ordem verticalmente instituída e desigual, a escola formatou ao invés de formar indivíduos, construiu nas pessoas a especialização em se acomodar e reproduzir o que está posto ao invés de buscar fomentar possibilidades do indivíduo ser autônomo, assim, realçando a dependência ao invés da emancipação das consciências. Diante da necessidade de alternativas em relação ao modelo educacional, diante dos avanços tecnológicos e uma estrutura organizativa da educação que se encontra atrasada em face do avanço não só da tecnologia, mas da quebra de tabus que marcam o início do século XXI, não somente o investimento em educação se faz necessário, mas, também é fundamental entender que “o importante, como educadores, é acreditarmos no potencial de aprendizagem pessoal, na capacidade de evoluir, de integrar sempre novas experiências e dimensões do cotidiano, ao mesmo tempo que compreendemos e aceitamos nossos limites, nosso jeito de ser, nossa história pessoal.” (MORAN, 2007, p. 73)

A partir do momento em que a escola passa a assumir que media o processo de construção do conhecimento e, a partir de então, assume, também, um posicionamento político, e se falamos de emancipação de consciência, falamos, necessariamente naqueles que foram privados e tolhidos, de alguma forma de desenvolver a sua humanidade, e esses que possuem a sua humanidade e suas consciências expropriadas por um sistema fundado no trabalho alienado, sem dúvida são as classes populares, ou seja, as classes que nada possuem além da sua mão de obra para oferecer, diante desse contexto, cabe à escola “o dever não só de respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p.30). a partir dessa



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

abordagem, passamos a incluir elementos da realidade do aluno no processo de ensino aprendizagem, assim, ajudando o desenvolvimento de sua cognição e, também, desenvolvendo a criticidade dos indivíduos, contribuindo para a superação da condição do ser como espectador da realidade pela condição de sujeito ativo e transformador consciente da realidade em que se encontra, dessa maneira “A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, se critica. Ao criticizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão” (*Ibidem*, p. 31). Ou seja, a superação da condição de ser meramente condicionado deixa de existir na medida em que a curiosidade dos indivíduos passa a ser um mecanismo de desengessamento e descondicionamento do indivíduo, assim, possibilitando ao indivíduo a capacidade de ser autônomo.

Para que a superação das condições castradoras sejam alcançadas, é necessário não apenas superar a mentalidade de passividade e fatalismo que é impostas por um currículo que se pretende “neutro” quando, na verdade, toda opinião neutra é uma opinião escondida. Dessa forma, a subversão da história oficial, dos métodos tradicionais de ensino, de relação entre a educação e a ordem instituída, de superar a educação conteudista e reprodutora da realidade social desigual na qual também nos inserimos e, buscar um telos educativo que supere tal condição, sendo assim,

[...] “Por isso, a atitude subversiva é essencialmente comandada por apetites, conscientes ou não, de privilégios. Daí a subversão não ser apenas de quem, não tendo privilégios, queira tê-los, mas também daqueles que, tendo-os, pretendam mantê-los. Por isso mesmo, numa sociedade em transição como a nossa, subversivo tanto era o homem comum, “emergente” em posição ingênua no processo histórico, em busca de privilégios, como subversivo era e é aquele que pretendia e pretende manter uma ordem defasada.” [...] (FREIRE, 1976, p. 56)

A emancipação do sujeito se dá a partir do momento em que percebe que a história é um movimento contínuo, um aprender constante, que não cessa e, portanto, não existe uma naturalidade nas relações, não deve existir acomodações, aquele dito “sempre foi assim e sempre será” é mentiroso e perverso. Portanto, é necessário que a consciência seja a consciência de todas as pessoas, em especial das massas populares que possuem apenas a sua mão de obra como moeda de troca, que possuem uma história de desfavorecimentos e injustiças. Diante da formação de amplas camadas da sociedade, é nesse sentido que a educação assume o caráter ideológico de formar o



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

proletariado para um determinado fim, que é a construção de uma sociedade equânime em que não existe desigualdades e nem mesmo privilégios, portanto, na polêmica da formação das massas populares, é necessário a presença de atividades formativo-culturais, entretanto é necessário que a sociedade se forme a partir de uma cultura abstrata para que, a partir de si e das suas experiências possa escrever a sua história que lhe foi roubada em favor do privilégio de uma minoria que detém os meios de produção.

Dessa maneira, educar para a igualdade e para a superação do modelo de sociedade atrasado no qual vivemos, exige da escola que repense as suas práticas e a sua estrutura organizativa, o que implica em superar a organização antidemocrática das estruturas de ensino, pois

[...] “Se é razoável supor que não se ensina democracia através de práticas pedagógicas antidemocráticas, nem por isso se deve inferir que a democratização das relações internas à escola é condição suficiente de democratização da sociedade. Mais do que isso: se a democracia supõe condições de igualdade entre os diferentes agentes sociais, como a prática pedagógica pode ser democrática já no ponto de partida? Com efeito, se, como procurei esclarecer, a educação supõe a desigualdade no ponto de partida e a igualdade no ponto de chegada, agir como se as condições de igualdade estivessem instauradas desde o início não significa, então, assumir uma atitude pseudodemocrática? Não resulta, em suma, num engodo? Acrescente-se, ainda, que essa maneira de encarar o problema educacional acaba por desnaturar o próprio sentido do projeto pedagógico.” [...] (SAVIANI, 1983, p. 86)

A partir desse entendimento, pode-se compreender que, a escola, da mesma maneira que contribui para a reprodução de uma sociedade desigual e opressora com um discurso perverso de igualdade perante a sociedade sendo que a história não se construiu pela igualdade; é a mesma escola que pode contribuir para o processo de superação da mentalidade social que se constituiu e legitima os discursos da meritocracia e da ilusão igualitária e, por sua vez, elucida o caráter político por trás dessa ilusão (a ambição de conformar as pessoas à uma ordem desigual), daí a importância de reconhecer o quanto a produção de conhecimento está diretamente relacionada aos aspectos culturais, políticos e econômicos de uma determinada sociedade e que o conhecimento mediado pedagogicamente não está divorciado de vínculos ideológicos, cabe a escola e em particular aos professores escolher que tipo de ideologia e a qual projeto de sociedade estão servindo: se é um projeto que conforma a sociedade a conservar as relações sociais desiguais que se consolidaram até então; ou se contribuem para emancipar e superar a mentalidade desigual, buscando que as pessoas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sejam sujeitos da sua própria história e ativos e transformadores da realidade na medida em que são conscientes da sua autonomia.

CONCLUSÃO

Portanto, na medida em que tanto se fala sobre a “doutrinação ideológica” nas escolas e deputados como Jair Bolsonaro, seu filho Carlos Bolsonaro, vereador do município do Rio de Janeiro, atacam a pretensa “doutrinação ideológica nas escolas”, e escolhem comumente em audiências públicas atacar autoras como Marilena Chauí (de orientação marxista) entre outros professores, resolvem considerar as ideologias de Paulo Freire (também intelectual de esquerda) como instrumentos para de “lavagem cerebral das pessoas”, não estariam eles usando a sua “neutralidade” como pretexto para atacar a politização dos alunos visto que não atacam intelectuais do instituto milenium (articulador das forças políticas mais reacionárias do país). Não seria isso também fruto de uma ideologia? A ideologia da manutenção da ordem desigual?

Portanto, o que se questiona não é se a escola é ideológica, mas quem está dizendo que a escola está sendo ideológica, de onde esse alguém fala, quais os seus posicionamentos políticos. A questão da escola buscar emancipar os alunos e conscientizá-los politicamente, ou exercer a sua cidadania não se faz de maneira “neutra”, “imparcial”, mas de maneira crítica, possibilitando para que os alunos também tenham participação no processo ensino-aprendizagem e que tal participação seja responsável pelo desenvolvimento da sua autonomia. Formar indivíduos autônomos e independentes é muito mais do que ser professor conteudista, da mesma forma que não se pode falar em uma escola democrática com práticas antidemocráticas.

Por fim, cabe dizer que não existe educação sem que haja pessoas, não existe educação sem sociedade e, sem dúvida, a educação está diretamente relacionada aos aspectos políticos e econômicos que estão presentes na sociedade. Portanto, afirmar ou condenar práticas de professores exige a defesa de um outro tipo de prática que, por sua vez, é omitido, do mesmo modo que é omitido que a educação ainda cumpre um papel eurocêntrico, reproduzidor das relações capitalistas e das relações de poder. Por esses motivos, uma educação que pretende ser democrática e formar a autonomia deve, romper radicalmente com esse modelo de “neutralidade” e assumir firmemente,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

como dizia Paulo Freire, o seu compromisso com o povo, de devolver para as pessoas a humanidade que lhes foi roubada.

REFERÊNCIAS.

FARIA, Ana Lúcia G., *Ideologia no livro didático*, Editora Cortez, Editora Autores Associados, São Paulo, SP, 1987

ARROYO, Miguel, BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo, *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?*, Editora Cortez, Editora Autores Associados São Paulo, SP, 1987

FREIRE, Paulo, *Educação como prática da liberdade*, 6ª Edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1976

_____, *Pedagogia da autonomia*, 41ª reimpressão, Editora Paz e Terra, São Paulo, SP, 1996

HUSSAYE, Jean, *As facetas do poder*, In., OLIVEIRA, Inês Barbosa (Org.), *A democracia no cotidiano da Escola*, Editora DP&A: SEPE, Rio de Janeiro, RJ, 2007

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth, *Teorias do currículo*, Editora Cortez, São Paulo, SP, 2011

MORAN, José Manoel, *A educação que desejamos, novos desafios e como chegar lá*, 5ª Edição, Editora Papirus, Campinas, SP, 2007

PARO, Vitor Henrique, *Por dentro da escola pública*, 2ª edição, Editora Xamã, São Paulo, SP, 1996

SAVIANI, Dermeval, *Escola e democracia*, Editora Cortez, Editora Autores Associados, São Paulo, SP, 1989



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO